

Escritórios digitais estão se tornando sucursais do inferno

Vendidos pela direção do banco como modernização do trabalho e novo posicionamento do BB no mercado, os escritórios digitais viraram pesadelo para o bancário. O modelo, implantando inicialmente para o segmento estilo nas capitais, hoje abrange todos os segmentos, nas capitais e cidades do interior paulista. Piora o atendimento à população e precariza as condições de trabalho.

Os sindicatos vêm recebendo denúncias sobre a absurda intensidade do trabalho, o volume gigantesco de ligações, obrigando funcionários a permanecerem o dia todo sentados em mobiliário com ergonomia inadequada em ambientes com pouca ventilação e muito ruído. Os funcionários viram operadores de telemarketing com a obrigação de vender produtos. O banco está cortando cargos gerenciais de maior remuneração e substituindo por novas funções com salários reduzidos.

Nas cidades do interior a insegurança ainda é maior.

Os escritórios digitais concentrarão atendimento de mais de um município e funcionários com salários reduzidos serão obrigados a mudar de cidade ou se deslocar diariamente às próprias custas, sem direito a vale-transporte, pois o BB não considera estes deslocamentos por ônibus intermunicipais como transporte urbano coletivo.

Os funcionários dos escritórios digitais já estão detectando a perda de clientes e negócios. Grande parte dos clientes não confia no atendimento digital ou telefônico, e sua relação de confiança é pessoal, não com uma máquina. "O banco só pensa em maximizar seus resultados com esta nova organização e tecnologia. Mas não pensou que está se distanciando das comunidades, clientes pessoa física e jurídica, o que pode ser fatal para seu posicionamento como banco público que precisa do apoio dos municípios para sobreviver", pondera Otoni Lima, diretor do Sindicato dos Bancários do ABC.



Economus

ENTIDADES SINDICAIS SOLICITAM REUNIÃO SOBRE COBERTURA DE DÉFICIT

A Federação dos Bancários da CUT de São Paulo (FETEC-CUT/SP), Comissão de Empresa dos Funcionários do BB e o Sindicato dos Bancários de São Paulo solicitaram uma reunião com a diretoria do Economus, para tratar da situação do Plano Saldado e do medo dos participantes de ter de arcar com novas contribuições extraordinárias para cobertura de déficit.

Desde o início do ano os participantes, ativos e aposentados, estão cobrindo com contribuições extraordinárias parte do déficit acumulado de R\$ 476 milhões, verificado

no final do exercício de 2016. Este resultado negativo foi causado pelo ajuste nas tábuas de mortalidade e de entrada em invalidez, pela redução da taxa de juros para 5% nos regulamentos complementares A e B, pela contabilização de contingências de ações judiciais e pela capitalização do pecúlio por morte dos grupos A e B.

As entidades sindicais têm sido demandadas pelos participantes do Economus, que estão carentes de informação e esperam uma solução negociada para o problema anunciado.

Reforma trabalhista

Com a reforma trabalhista de Temer, em vigor desde 11 de novembro, as condições de trabalho no novo modelo de atendimento do BB podem se agravar ainda mais. Trabalho intermitente, terceirização, fim das horas extras, trabalho em dia não útil sem remuneração adicional são ameaças "legalizadas" pela nova legislação. "Vamos agendar uma reunião com o BB para apontar estes problemas e defender nossos direitos", lembra João Fukunaga, representante de São Paulo na Comissão de Empresa.

Temer publica Decreto 9188 para privatizar sem licitação

Para dar continuidade ao seu projeto de desmonte do Estado, dos serviços públicos e das empresas públicas, o ilegítimo governo Temer publicou, no início de novembro, o Decreto 9188. O presidente está acabando com universidades, destruiu a legislação trabalhista, está demolindo o Sistema Único de Saúde (SUS) e quer exterminar a previdência pública. Já entregou campos de petróleo e subsidiárias da Petrobrás a preço de banana e agora quer vender ativos das empresas públicas.

O objetivo central desta medida é autorizar a venda de ativos das empresas de economia mista, dentre as quais se destaca o Banco do Brasil, por meio de um "procedimento competitivo de alienação", para fugir dos procedimentos de licitação exigidos nestes casos. De acordo com a Constituição Federal (artigo 37, inciso XXI), a alienação de ativos de empresas estatais deve ser feita mediante licitação pública. Temer quer burlar a Constituição para faturar e vender as partes de empresas como o BB.



Subsidiárias

O Banco do Brasil tem várias subsidiárias em sociedade com vários investidores diferentes. Por meio da BB Seguridade, onde detém 2/3 do capital, é acionista de várias empresas onde divide o capital com sócios privados: BB Mapfre (com a espanhola Mapfre), Brasilprev (com o americano Principal Financial Group), Brasilcap (com a Icatu Seguros e Aliança da Bahia), IRBBrasilRE (com Itaú e Bradesco) e Odontoprev (com a Odontoprev). Na área de cartões, divide o controle da Cielo, Cateno, EloPar e outras com o Bradesco. O BB ainda tem 100% do capital da BBDTVM, da BB Tecnologia e Serviços e do BB Banco de Investimentos, que investe em várias empresas.

“O Decreto 9188 tem objetivo claro de vender partes lucrativas das empresas estatais que interessem a concorrentes e aos investidores milionários que apoiaram o golpe, pagaram a conta e querem contrapartida por isso”, denuncia Ernesto Izumi, diretor do SEEB São Paulo. Já têm várias ações e medidas procurando anular esta medida absurda.

Garantia de comissão aos afastados por licença-saúde

Em sua participação no evento Inspira BB, em São Paulo, o presidente Paulo Cafarelli, se mostrou surpreso quando funcionário reclamou do corte de sua comissão no retorno ao trabalho, após tratamento de grave enfermidade.

Como Cafarelli disse que isso não poderia acontecer, fazemos questão de lembrá-lo que ocorre com tanta frequência que o banco coloca os funcionários no QS e, no retorno ao trabalho, corta a comissão de quem ficou de licença por mais de 120 dias, conforme a IN 376. O VCP por um ano após o retorno foi conquistado pela negociação sindical.

Lembramos também que há vários anos consta da minuta de reivindicações específica dos funcionários do BB a demanda para garantir a irredutibilidade de salário durante o afastamento e no retorno ao trabalho após licença-saúde. O banco nunca atendeu à reivindicação sindical e discrimina os colegas adoentados. “Esperamos que, desta vez, o presidente demonstre na mesa de negociação a sensibilidade assumida publicamente, para não passar por mentiroso. Chega a ser desumano punir alguém porque ficou doente”, alega Sílvia Muto, diretora do SEEB São Paulo.